

A. I. N° - 281318.0401/02-9
AUTUADO - DAVI DE OLIVEIRA LOPES
AUTUANTE - JOÃO CARLOS MEDRADO SAMPAIO
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS
INTERNET - 30.12.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0480-02/02

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Verificada a insubsistência de infração quanto à obrigação principal, ficando comprovado o descumprimento da obrigação acessória vinculada à imputação, passível de multa, sem prejuízo da exigência do imposto em nova ação fiscal, em razão da existência de pagamentos não contabilizados. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/04/02, refere-se a exigência do ICMS de R\$ 23.077,01, relativo ao exercício de 2000, decorrente da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor da Conta “Caixa”, na qual foi considerado o saldo inicial “zero” e os pagamentos de mercadorias constantes nas notas fiscais não contabilizadas, conforme documentos às fls. 6 a 120 dos autos.

O autuado, em sua impugnação, às fls. 123 a 134 dos autos, inicialmente pede que o Auto de Infração seja julgado nulo, uma vez que o lançamento de ofício foi feito ao arrepio da Lei, não contendo elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração.

Destaca que a auditoria da conta “Caixa” decorre do manuseio dos livros e documentos da Contabilidade Geral. Assim, insurge-se contra a consideração pelo autuante do saldo “zero”, sob a alegação de que na Declaração do IRPJ não havia sido lançado o saldo de caixa em 31/12/99, uma vez que tal “engano” não autoriza a suposição de que não exista saldo na referida conta, já que o livro Caixa, entregue à fiscalização, consigna o saldo de R\$ 63.520,02.

Em seguida, apresenta planilhas no sentido de comprovar que 68 das 87 notas fiscais, tidas como não contabilizadas, foram devidamente lançadas no livro Caixa, do que anexa, às fls. 135 a 268, cópias do aludido livro e das notas fiscais que englobam os lançamentos. Por fim, pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante, em sua informação fiscal, à fl. 271 dos autos, aduz que o IRPJ é um documento oficial, entregue à Secretaria da Receita Federal, devidamente protocolado, cujo “engano” foi repetido no exercício fiscal de 2000. Ressalta que o autuado foi duas vezes intimado a apresentar o livro Caixa de 1999, não o fazendo sob a alegação de que não havia previsão legal para a escrituração deste livro no referido exercício, por se tratar de contribuinte enquadrado no SIMBAHIA. Porém, de forma inusitada, apresenta tal livro, elaborado para igualar o saldo final do exercício de 1999 ao saldo inicial do exercício de 2000, contudo, sem a imprescindível autenticação pela repartição fiscal. Assim, conclui que os documentos que lastrou a fiscalização são declarações oficiais e autênticas da empresa, permitindo a utilização dos seus dados para a comprovação de saldo credor de caixa, como foi feito.

Instado para adequar o lançamento aos critérios estabelecidos na Orientação Normativa n.º 01/2002 do Comitê Tributário, o autuante anexa novos documentos às fls. 276 a 283, reduzindo o débito do Auto de Infração para R\$ 14.206,26.

Intimado a se manifestar sobre os novos demonstrativos anexados, o sujeito passivo aduz que o autuante não tomou conhecimento da defesa, apenas corrigiu o débito em face da Instrução Normativa. Assim, requer diligência no sentido de se examinar os argumentos defensivos.

Em seguida alega que, a fim de comprovar a inexistência de saldo credor, foi refeita a conta caixa mensalmente, acrescentado as notas fiscais não contabilizadas. Por fim, entende que nos termos de suas razões de defesa a receita omitida é de R\$ 18.476,73, o que de acordo com o último procedimento o valor do débito seria de R\$ 1.569,09, conforme demonstrado à fl. 288 do PAF.

Em nova informação fiscal, o autuante diz que as alegações de defesa são inócuas, visto que não têm nenhum suporte processual, consoante explicitado à fl. 271 do PAF. Registra que o autuado confessa ter “refeito” o seu livro Caixa do exercício de 2000, contrariando o que estabelece o art. 319, §6º, inciso I, do RICMS/97.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS de R\$ 23.077,01, decorrente da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de *saldo credor na Conta Caixa*, com data de ocorrência em 31/12/2000, sendo considerado o saldo inicial “zero” e os pagamentos de notas fiscais não contabilizadas.

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade argüida pelo autuado, uma vez que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais previstas, não ensejando em qualquer violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante levantamentos e documentos apensos às fls. 6 a 120 dos autos.

Indefiro o pedido do autuado de diligência por preposto estranho ao feito, uma vez que no PAF se encontram toda documentação necessária para o deslinde da questão.

Quanto ao mérito, da análise das peças processuais constata-se as seguintes considerações:

1. que deve ser considerado o saldo inicial da Conta Caixa, no valor de R\$ 63.520,02, conforme consignado no livro Caixa do contribuinte, *o qual foi anexado pelo próprio autuante*, às fls. 12 a 25 do PAF, sob pena de também ter de se desclassificar os demais lançamentos nele registrados, os quais serviram de subsídios à fiscalização, salvo prova contrária de que o aludido saldo é fictício, o que não ficou comprovado nos autos. A simples informação na Declaração do IRPJ de inexistência do saldo de Caixa, em detrimento ao livro contábil, ainda que auxiliar, não respalda juridicamente a ação fiscal;
2. que procedem as alegações de defesa no sentido de comprovar, através dos valores, que as notas fiscais, relacionadas às fls. 175 a 178 do PAF, tiveram seus pagamentos contabilizados, conforme provam os documentos anexos às suas razões de defesa;
3. que as Notas Fiscais de nºs 103826 e 103827, de 12/08/2000, no montante de R\$ 245,52, também tiveram seus pagamentos contabilizados, à fl. 169, consoante conta 803 do livro Caixa, apesar de não argüido pelo contribuinte;

4. que remanesçam os pagamentos não contabilizados, no montante de R\$ 17.885,26, inerentes as seguintes notas fiscais:

DEMONSTRATIVO DAS NOTAS FISCAIS NÃO CONTABILIZADAS

N. F. n.º	Data	Valor	N. F. n.º	Data	Valor	N. F. n.º	Data	Valor
12359	19/jul	253,93	8106	26/set	1.612,00	57316	16/out	1.280,00
52237	22/ago	2.354,60	15369	27/set	429,00	3264	26/out	2.069,80
14949	31/ago	462,00	17175	27/set	55,00	52190	08/dez	1.090,27
75195	21/set	655,66	56011	27/set	1.318,40	126298	13/dez	4.820,32
75356	22/set	213,06	118819	27/set	953,92	2839	15/dez	317,30
Subtotal		3.939,25	Subtotal		8.307,57	Total		17.885,26

Diante de tais considerações, constata-se que não procede a exigência fiscal, sob o fulcro de “saldo credor na Conta Caixa”, nos termos do demonstrativo à fl. 6 do PAF, conforme a seguir:

SALDO INICIAL	63.520,02
TOTAL DE RECEBIMENTOS	370.779,69
TOTAL DE PAGAMENTOS	(395.306,72)
PAGAMENTOS NÃO CONTABILIZADOS	(17.885,26)
SALDO FINAL	21.107,73

Contudo, nos termos do art. 157 do RPAF, observa-se no caso presente, a ocorrência de descumprimento de obrigação acessória, pois o contribuinte deixou de contabilizar no Livro Caixa os pagamentos referentes às notas fiscais acima. Nesta circunstância, impõe-se a aplicação da multa prevista no art. 42, inciso XXII, da Lei n.º 7.014/96, alterada pela Lei n.º 7.753/00, sem prejuízo da exigência do imposto em nova ação fiscal, sob o fulcro da existência de pagamentos não registrados.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **n.º 281318.0401/02-9**, lavrado contra **DAVI DE OLIVEIRA LOPES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$40,00**, prevista no art. 42, inciso XXII, da Lei n.º 7.014/96, alterada pela Lei n.º 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de dezembro de 2002.

FERNANDO A. BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE/ RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR